

Comparativo entre as Influências no modelo de gestão educacional brasileiro

Rubens Eduardo Birochi Morgabel¹ e Marcelo Duduchi²

Resumo - O presente artigo traz um comparativo sobre as influências dos investimentos financeiros, internos e externos, no contexto gerencial da Educação Brasileira, relevantes desde a educação básica até a profissionalizante. A perspectiva principal desta linha de comparação está direcionada aos aspectos relacionados à participação gestora do Estado na Educação, compreendendo-se a influência sofrida destas propostas através das características e posicionamentos do Banco Mundial e as influências que o mercado financeiro exerce sobre esta abordagem. De forma positiva conclui-se que, gradativamente, o modelo de gestão educacional brasileiro vem se tornando mais quantitativo, abrangendo cada vez mais a população brasileira e qualitativo para a prestação de um serviço essencial, a Educação.

Palavras Chave: Flexibilidade, Qualidade, e Gestão Educacional

Abstract – This article presents a comparison about the influence of internal and external financial investments in the managerial context of the Brazilian Education, relevant from basic to vocational education. The main perspective of this line of comparison is directed to the aspects related to the State's management participation in Education, understanding the influence suffered from these proposals through the characteristics and positions of the World Bank and the influences that the financial market has on this approach. In a positive way it is concluded that, gradually, the Brazilian educational management model has become more quantitative, increasingly encompassing the Brazilian population and qualitative for the provision of an essential service, Education.

Keywords: Flexibility, Quality, and Educational Management.

1. Introdução

O modelo educacional brasileiro seja ele na educação básica, fundamental e ou profissionalizante sofre com a sua própria inflexibilidade, oriunda da gestão efetuada pelo Estado, assim como pela concorrência imposta através das escolas privadas e até mesmo pelo próprio mercado empregador, os quais, cada vez mais, necessitam de mudanças rápidas por conta de suas

¹ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – rubens.morgabel@etec.sp.gov.br

² Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – mduduchi@gmail.com

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

próprias necessidades evolutivas. Isto é, não se pode determinar um mesmo tempo de reação, transformação e adaptação para a educação, igual ao tempo de reação de um modelo de mercado, uma vez que a falência econômica supera a fragilidade educacional no âmbito temporal e monetário.

Na observância deste ciclo influenciador, repetidamente, fica-se na expectativa de mudanças estruturais na educação para a abrangência da sociedade, mudanças estas de certa forma garantidas através dos direitos da Constituição Federal de 1988. Mesmo tendo ciência do enfrentamento infundável das contradições, desafios e possibilidades para o alavancamento do modelo de gestão educacional brasileiro, educação básica, média ou profissionalizante, sabe-se que não se pode cessar as batalhas por direitos básicos como a educação de qualidade a todos, gerida eficientemente pelo Estado, gestor e mantenedor do processo antigo e atual da educação brasileira.

Desta forma o contexto influenciável do modelo de gestão educacional tem como meta a produção do conhecimento na área mais necessitada pelo mercado econômico brasileiro e também pelos anseios sociais. Processo este desafiador da política de governo em questão, à possibilidade de participação da sociedade na discussão sobre os rumos dados à educação profissional, ensino médio, ensino médio técnico e até mesmo à educação de jovens e adultos, resumidamente uma reconstrução da política pública para a adequação real das necessidades.

Para o MEC (2005) corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores.

Entretanto não se pode deixar de compreender que a proposta de mudança no modelo de gestão educacional brasileira só se tornará real, isto é, não será mais uma utopia, quando houver a compreensão pela mesma sociedade que anseia participar, de que educação não é um mero conteúdo que possa ser absorvido pela leitura de um texto qualquer, mas sim um processo demorado que capacita, agrega conhecimento e profissionaliza o ser humano à uma crescente adaptação constante e necessária à sobrevivência.

2. Referencial Teórico

O modelo educacional brasileiro discutido em meados dos anos 90 era procedente de muitas orientações e adaptações, que desenvolviam mudanças significativas sobre o modelo ideal da Educação. O processo original de mudanças e adaptações do modelo educacional brasileiro era proveniente dos ideais discutidos em sua maioria nas reuniões da PROMEDLAC³ que tinham como um dos seus anseios o alinhamento do modelo organizacional de todos os países da América Latina com foco em características como a igualdade do

³ A sigla PROMEDLAC significa Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe.

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

modelo de gestão, à descentralização dos sistemas de educação, a tão necessária flexibilização curricular, às políticas compensatórias, foco nos modelos e programas de ensino e por último o processo de financiamento da educação, segundo Castro (2008).

As propostas de mudança no modelo de gestão educacional brasileiro surtiram resultados expressivos, neste momento, porém ainda assim discutia-se muito sobre as estratégias tradicionalistas desta gestão educacional, uma vez que nem todas evoluíam. Para Castro (2008) esta ausência evolutiva, muitas vezes involuntária, resultava em um contexto muito negativo ao processo de gestão uma vez que não existia uma gestão que conseguisse agregar a todos de forma qualitativa, isto é, não havia abordagem em quantidade tão pouco com qualidade.

Entendia-se que a gestão educacional brasileira necessitava de uma mudança eminente para ingressar de fato neste novo modelo de desenvolvimento educativo, modelo reestruturado que abordaria diretamente, de maneira produtiva, a equidade social oriunda de uma política democratizada. Tal mudança teria como meta a possibilidade de a educação estar diretamente ligada as demandas econômicas, sociais, políticas e culturais.

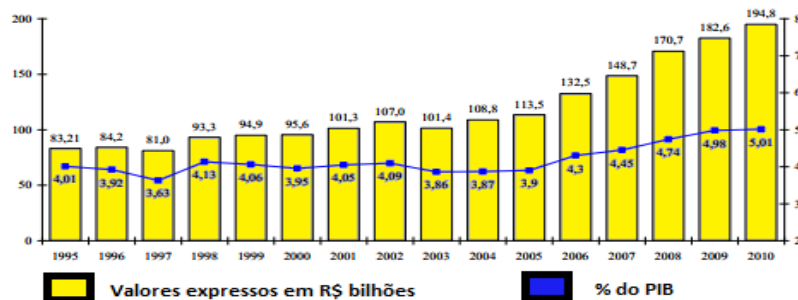
Para Friedman (1984) a gerencia da educação formal era resultante do financiamento feito por instituições que não visavam lucro e entidades governamentais, tal fato corriqueiro no modelo de gestão foi precursor do aumento da responsabilidade do estado à educação.

Sobre esta ótica encontrava-se o Banco Mundial, organização patrocinadora do modelo de gestão educacional brasileiro, também, em meados dos anos 80 chegou a aumentar o percentual de investimentos na área de educação profissionalizante ao patamar de 62%. Para Oliveira (2001) os investimentos do Banco Mundial não eram aleatórios tão pouco desprovidos de grandes análises gerenciais sobre a taxa de retorno destes e por este motivo principal o Banco Mundial acreditava que deveria haver a necessidade das econômicas que ele patrocinava, economias em desenvolvimento, formarem mão de obra capaz de se adaptarem, encaixarem, nos principais anseios do mercado de trabalho.

Oliveira (2001) acreditava que a parceria entre o Estado e o poder privado se fazia fundamental para que os resultados alcançados com o modelo de educação oferecido fossem satisfatórios e lucrativos, somente assim a gestão do modelo educacional brasileiro começaria a entrar na linha e funcionar conforme as propostas de mudanças exigidas anteriormente, isto é, rompendo com o isolamento das ações educativas. De forma ilustrativa o gráfico abaixo demonstra os investimentos financeiros à Educação comparados ao PIB brasileiro.

Gráfico 1 - Investimentos públicos na Educação Brasileira entre 1995-2010

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

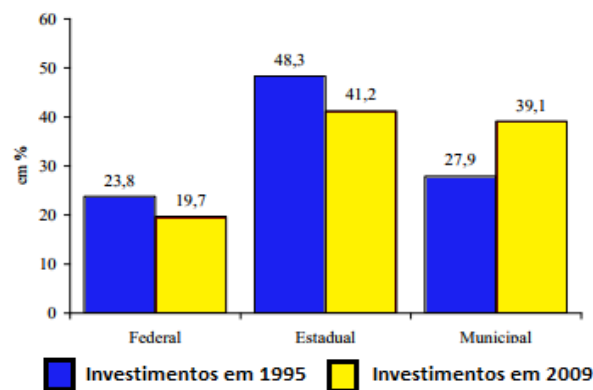


Fonte: IPEA - IBGE

No que se referia à modernização da gestão, tornava-se cada vez mais explícito que a qualidade e o desenvolvimento de uma gestão responsável deveriam estar baseada em resultados, segundo relatórios da UNESCO (1993).

De uma forma mais resumida o modelo de gestão da educação brasileira, até então responsabilizado pelos fracassos existentes no campo da administração educacional, necessitaria ser descentralizado observando o regionalismo cultural e avaliando os resultados em cada ponto do país. Também se faria necessário o desenvolvimento de modelos de gestão de resultados através de sistemas de informação mais atuais e fidedignos, principalmente porque a tomada de decisão seria extremamente dependente destes. O contexto para o período de estudo, seguia o modelo Weberiano e sendo assim ficava claro que este não estava à altura das exigências da globalização e do desenvolvimento até então necessários e discutidos. A descentralização do modelo gestor pode ser compreendida através das diferenças de investimentos realizados pelas três esferas Federal, Estadual e Municipal, no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Participação relativa dos gastos por esfera de governo (Brasil 1995 – 2009)



Fonte: IPEA 2011

Para Oliveira (2001), o Banco Mundial defendia a tese de que o modelo de gestão educacional brasileiro deveria ser melhorado e que se fazia fundamental o incentivo e desenvolvimento da educação básica e secundária no Brasil. Quanto a questão da educação básica o Banco Mundial acreditava que os alicerces de uma pessoa fossem construídos como de uma casa, sólidos e concretos, desta forma a preocupação com este segmento da educação. Já na educação secundária seu desenvolvimento seria fundamental para a escolha da profissionalização deste educando que com mais bagagem conseguiria escolher

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

sua profissão e assim ingressaria mais facilmente no mercado de trabalho. O que deixava claro o posicionamento do Banco Mundial, radical neste aspecto, principalmente porque o banco acreditava que o total afastamento do Estado do cargo de gerência do modelo educacional, principalmente do profissionalizante, seria o caminho mais curto a ser seguido em busca de resultados rápidos e eficientes. O banco acreditava que o ensino básico deveria ser administrado pelo Estado sim, inclusive responsável pelo ônus da educação, ressalta Oliveira (2001).

Ainda conforme Castro (2008) o Banco Mundial defendia que o aumento das oportunidades nos processos de gestão educacional, de maneira mais participativa, tendo como principal resultado direto o aumento da capacidade do Estado para suas devidas atribuições como em ações quando os cidadãos que expressassem suas preferências e reivindicações resultariam ao Estado um ganho de credibilidade. Outro fator determinante se refletia em apenas ouvir a sociedade sobre o que ela achava dos investimentos e desta forma direcioná-los mais cuidadosamente às necessidades reais, mesmo sabendo que tudo aquilo que era necessário na ótica da sociedade seria satisfeito pelo Estado.

Friedman (1984) defendia que o aumento na renda obtida com a formação educacional, fosse essa formação profissional ou não, se reverteria muito pouco para o Estado. De certa forma este aumento de renda na contrapartida que seriam as despesas com a formação educacional não diminuem, pelo contrário, neste momento do processo econômico que o país passava era fato que haveriam mudanças na política econômica e na fiscal o que conseqüentemente resultaria no aumento das despesas com a manutenção deste modelo sustentado pelo Estado.

Assim a criação de relações contratuais dá origem a três pressupostos, sendo o primeiro uma situação de falta de recursos, a forma de aumentar a qualidade é introduzir relações contratuais de competição e de controle. O segundo, quase consequência do primeiro, é de que a forma contratual evita a situação de monopólio. Por fim, o último pressuposto refere-se à maior possibilidade que os consumidores têm de controlar e avaliar o andamento dos serviços públicos a partir de um marco contratual segundo Abrucio (2003, p. 26).

A manutenção deste contexto e sua seqüência resumia o papel do Estado em um excelente prestador de serviços uma vez que as tarefas do Estado com relação à educação deveriam limitar-se a assegurar a educação básica de qualidade a todos. Assim podia-se compreender que se houvesse ênfase na redução dos custos e aumento da produtividade, uma vez que a quantidade de pessoas, na sociedade como um todo, abraçadas pelos modelos educacionais era relativamente inerte, a qualidade oferecida pelo modelo educacional, básico, fundamental, médio e ou profissionalizante, se tornaria padrão de excelência, acreditava Abrucio (2003).

Para Castro (2008, p.399) a modernidade do contexto educacional ou sua gerência necessita da participação de todos na esfera social, isto é, faz-se necessário o comprometimento gerencial sim, porém este deve ter parceria direta com o poder privado, com o compromisso político e com a participação da sociedade. Somente desta forma pode-se compreender a necessidade da transformação do modelo de gestão vertical para o modelo sistêmico.

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

Enfaticamente o modelo vertical de gestão era centralizador e não dava as devidas oportunidades de participação e colaboração à gestão educacional. Já o modelo sistêmico era descentralizado e mais flexível gerando muito mais oportunidades administrativas e pedagógicas suficientes para sua sustentabilidade e acompanhamento do mercado.

Oliveira (2001, p. 3) descreve que se a tentativa de descentralizar a gestão educacional é um dos mecanismos próprios à melhoria da qualidade da educação e vem encontrando ampla aceitação no interior dos países latino-americanos, absorção não inferior pode ser percebida nas políticas para o ensino médio profissionalizantes. Segundo Lauglo (1997), o Banco Mundial, ao rejeitar a ideia de uma formação especializada no ensino médio e apontar como saída um maior envolvimento da iniciativa privada, impõe para algumas nações o desmonte de experiências que historicamente vêm tendo um bom desempenho.

Desta forma a busca por um modelo de gestão educacional mais participativo e menos influenciado por ações e resultados alheios ao Brasil se torna cada vez mais necessário. Libâneo (2007) determina que o conceito de pluralidade e participação está fundido à autonomia de cada um ou de cada setor em busca de resultados interessantes a todos. Como exemplificação deste processo de transição tão necessário Libâneo (2007) cita a participação democrática na gestão escolar, determinando que somente através desta inclusão participativa as modificações, adequações e a tão necessária flexibilização acontecerá.

É importante salientar que o Brasil é proveniente de um modelo educacional influenciado pelo processo político, ditadura, e se transforma em modelo de gestão educacional, novamente influenciado, porém não mais pela política, mas sim pela economia e para tanto se trabalha em detrimento de uma nova mudança, um novo conceito de gestão educacional participativo e flexível explicitamente ligado às políticas sociais.

Frigotto (2005), ressalta três seguimentos de influência do modelo de gestão que devem ser corrigidos para que a aproximação de um modelo de educação mais flexível e menos utópico realmente exista. São eles o socioeconômico que exclui a sociedade do contexto ético-político, o individualismo que exclui o âmbito social e o educacional que faz a educação deixar de ser um direito da sociedade transformando-a em uma prestação de serviço em busca de resultados financeiros. Essa transição política traz como características principal a regulação e o controle do modelo de gestão, principalmente com relação a abrangência qualitativa deste modelo, em decorrência de um novo papel do Estado, mais flexível, baseado no neoliberalismo, correspondendo às exigências dos mercados internacionais, porém sem a submissão e a obrigatoriedade.

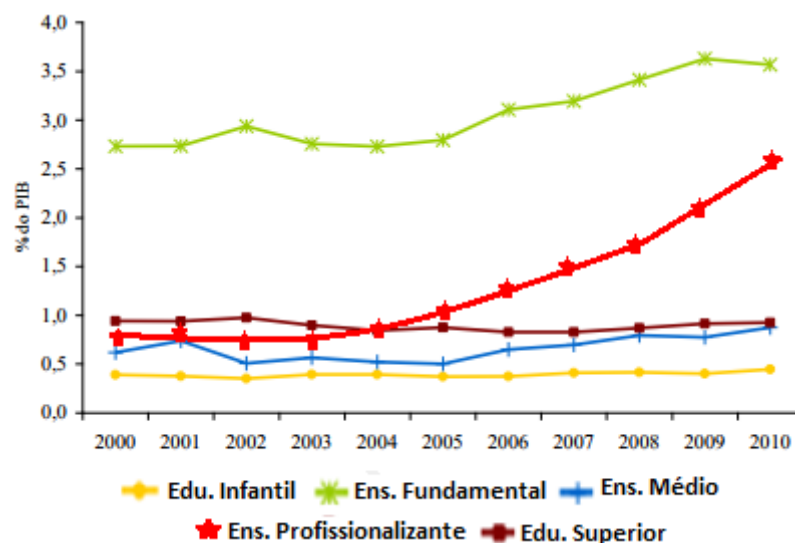
Determina-se então que a manutenção da integração entre a política educacional e a política de geração de empregos e renda é fundamental, isto é, a atualização do processo de gestão não tem futuro se não levar em consideração as necessidades evolutivas do conteúdo educacional e as mudanças e evoluções necessárias no mercado de trabalho. Esta abordagem reflete um processo que já vem abordando estas premissas através de

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

elementos que já integram o universo amplo de educação no âmbito de uma política pública estratégica e de resultados, afirma o MEC (2005).

Para Mattei (2011, p. 11) fica evidenciado que as alterações no processo são necessárias e determinantes para o desenvolvimento social brasileiro. As mudanças devem obedecer a principal razão do modelo educacional a qual é divergente dos contextos anteriores na comparação entre o poder privado e público, pois atualmente será necessário que o Estado tenha obrigatoriamente a capacidade para regular a economia brasileira, estimulando o mercado interno forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento da nação e não mais das instituições mercantis, capaz de desenvolver a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade, adotar políticas que sejam capaz de estimular a competitividade industrial e ao mesmo tempo melhorem a inserção do país no comércio internacional e por último adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda. De forma ilustrativa o gráfico abaixo demonstra esta tentativa de equidade educacional à sociedade mantendo a visão competitividade no mercado.

Gráfico 3: Investimentos em Educação em relação a % do PIB, por nível de ensino no Brasil de 2000 – 2010



Fonte: INEP - MEC

Corroborando com a evolução do modelo de gestão e tendo em vista a necessária evolução do padrão gerido pelo Estado sobre a educação brasileira, Julio (2007) acredita que a impossibilidade da não alternância deste método público ainda tem como proposta a troca pelo mecanismo de gestão privado, que são reconhecidos como capazes de atuar positivamente no alcance das melhorias dos índices educacionais e, ao mesmo tempo, conseguem não aumentar os gastos do Estado, associando no modelo educacional a lógica do mercado, adequando o educando ao nível de aprendizado evoluído e condizente com as necessidades mercantis alterando diretamente a ideia de que a educação é algo superficial. Assim pode-se estabelecer um modelo de gestão que, assim como o proposto para o Estado, tem a capacidade de minimizar os problemas e aperfeiçoar os conteúdos compreendidos na educação básica, fundamental e profissionalizante.

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos**3. Método**

A metodologia utilizada neste artigo é resultante de pesquisa bibliográfica qualitativa, comparando-se o contexto da gestão educacional influenciada por fatores externos, e sua evolução para os dias atuais, principalmente com relação aos resultados obtidos atualmente, assim como a necessidade imediata de flexibilização do modelo. Assim sendo, esta metodologia está baseada em livros, periódicos especializados e dissertações, informações utilizadas como fontes para a coleta dos contextos e principalmente para o levantamento do referencial teórico. A pesquisa sobre o tema foi construída com base no estudo teórico e leva em consideração os pontos de vista e resultados de pesquisas anteriores de alguns autores como (FRIGOTTO, 2005), (FREIRE, 2007), (LIBÂNEO, 2007), (CASTRO, 2008), (ABRUCIO, 2003), (FRIEDMAN, 1984), (UNESCO, 1993), (OLIVEIRA, 2001) entre outros.

4. Considerações finais

Não se pode deixar que a História brasileira deixe de ser referência quando procura-se compreender os modelos de gestão educacional utilizados no Brasil, desta forma caminhar para um modelo de gestão educacional onde o processo de centralidade das ações gestoras deixe de existir não pode ser fruto do processo educacional em questão, sem que este aceite se transformar, tornar-se flexível e descentralizado.

Um novo modelo de educação ou de escola propriamente dito não pode ser utopia, mas sim frutos da conscientização necessária que a educação é a base do ser humano e deve evoluir como o mesmo, desta forma entende-se que as necessidades sociais e também do próprio mercado devem ser supridas, atendidas. Porém não se pode esquecer que estas alterações devem fazer parte do cotidiano de todos os envolvidos e não apenas da tão questionada gestão educacional de que tanto se tratou esta pesquisa. Uma vez que o não atendimento deste preceito determina a falência da evolução, deixando novamente à mercê das influências externas todo tipo de modelo de gestão educacional.

Claramente pode-se determinar a necessidade de alterações no contexto gerencial da educação brasileira principalmente quando se analisa a participação de seu gestor o Estado. Sabe-se que o poder privado tem capacidade financeira mais bem gerenciada e por este motivo se torna principal concorrente do modelo de educação pública, porém a descentralização e uma maior flexibilidade colocam o Estado novamente no meio educacional.

Desta forma compreende-se que os investimentos no modelo educacional brasileiro se bem geridos surtirão resultados positivos determinando um modelo de gestão que prioriza o atendimento da população, acolhendo sua maioria e

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

oferecendo como produto principal uma educação atualizada e condizente com as necessidades do mercado financeiro.

Assim o modelo de educação básica naturalmente se torna a fundação sólida do indivíduo, a educação fundamental o divisor de conhecimento e a educação profissionalizante a preparação de ponta para a absorção do mercado de trabalho.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, Brasília, n. 10, p. 7-54, 1997.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL: A NOVA CONFIGURAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA, 2008, ISSN: 1678166X.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 30 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
LAUGLO, Jon. Crítica às propriedades e estratégias do Banco Mundial para a educação. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.100, p.11-36, mar. 1997.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: cut, 2005a. p. 19-62.

IBGE. Censos demográficos, Rio de Janeiro 1995...2011.

IPEA. Comunicado nº 124: Financiamento da educação: necessidades e possibilidades. Brasília, 2011.

JULIO. Carlos Alberto. Desenvolvimento de pessoas em larga escala. Entrevista de Viviane Senna. Revista Gestão e Inovação. São Paulo, s/n, p. 9-14, 2007.

LBD - Brasilç. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996.

LIBÂNEO, J.C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 4., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Associação Keinesiana Brasileira, 2011.

MEC. O PNE 2011-2020: metas e estratégia. Brasília, 2011.

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

MEC. Prestação de Contas Presidencial PCPR 2011. Brasília, 2012.

OLIVEIRA, R. O Banco Mundial e a educação profissional. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, 2001.

TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

UNESCO. Proyecto Principal de Educación. Declaração de Quito. Santiago do Chile. Boletim n. 24, abr/1991. Disponível em <<http://www.fronesis.org>>. Acessado em 12/01/2005.